Luiz Eduardo de Oliveira Santos- Presidente Substituto

Júlio César Alves Ramos, - Redator *ad hoc*.

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros Henrique Pinheiro Torres, Nanci Gama, Júlio César Alves Ramos, Rodrigo Cardozo Miranda, Rodrigo da Costa Pôssas, Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva, Marcos Aurélio Pereira Valadão, Maria Teresa Martínez López e Luiz Eduardo de Oliveira Santos. Ausente, momentaneamente, a Conselheira Susy Gomes Hoffmann.

Por intermédio do Despacho de fl. 460, o Presidente da Terceira Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais incumbiu-me, nos termos do art. 17, III, do Regimento Interno do Conselho administrativo de Recursos Fiscais - RICARF aprovado pela Portaria MF 343, de 09 de junho de 2015, de redigir o presente acórdão em razão de o Conselheiro Francisco Maurício ter renunciado ao mandato.

Ressalte-se que o relator original disponibilizou à Secretaria da Câmara Superior o relatório, o voto e a ementa aqui adotados, contudo, não houve tempo hábil para que ele próprio a formalizasse a decisão.

Relatório

Segue o relatório elaborado pelo Conselheiro Francisco Maurício:

Em Recurso Especial de fls. 391/406, admitido pelo Despacho de fls. 447/449, insurge-se a Contribuinte contra o acórdão de fls. 382/383, que unanimemente negou provimento ao Recurso Voluntário.

A Contribuinte utiliza, como fundamento, a inaplicabilidade dos arts. 3º e 4º da Lei Complementar nº 118/2005, uma vez que o crédito tributário diz respeito aos períodos de 1993 e 1994.

O acórdão recorrido traz a seguinte ementa:

“ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGUROS OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS – IOF

Período de apuração: 02/07/1993 a 07/02/1994

IOF. RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO. PRAZO. DECADÊNCIA.

Conforme pacífica jurisprudência deste Colegiado, não havendo marco temporal de declaração de inconstitucionalidade é de 05 (cinco) anos, contados do pagamento indevido da exação, o prazo para se pleitear a restituição ou compensação do tributo.

Recurso voluntário negado.”

Aduz a Recorrente que o acórdão consignou equivocadamente o entendimento sobre a matéria, porque o prazo decadencial deveria ter sido contado a partir da homologação do tributo e não do pagamento.

Transcreve à fl. 396/398 ementa do STJ que é favorável à tese do prazo decenal instituído pela Lei Complementar nº 118/2005.

Argumenta que a extinção do crédito tributário ocorre com a homologação do pagamento e não com o pagamento, como entendeu este CARF no acórdão recorrido.

Às fls. 398/400 e 401/405, ementas deste Conselho favoráveis à tese dos 10 (dez) anos como prazo decadencial em pedidos protocolizados anteriormente à edição da Lei Complementar nº 118/200.

Defende que o pedido de compensação refere-se a períodos de 1993 e 1994, e por isso, não cabe a contagem do prazo decadencial quinquenal da multirreferida Lei Complementar nº 118.

Por fim, pede o afastamento da Lei Complementar nº 118/2005 em razão da data de protocolização do pedido de compensação ser anterior à edição da referida lei.

Contrarrazões às fls. 453/458.

Aduz a Fazenda Nacional que a LC nº 118 tem aplicação retroativa lastreada no artigo 106, inciso I, CTN, sendo sintética ao afirmar que não cabe aplicação do prazo decadencial conhecido por “5+5” (cinco mais cinco) em razão da retroatividade mencionada.

Pede que seja mantido o acórdão recorrido integralmente para negar provimento ao Recurso Especial.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Júlio César Alves Ramos, Redator *ad hoc*

Em seu voto, que segue, disse, com a precisão costumeira, o Conselheiro Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva:

O Recurso preenche condições de admissibilidade, dele tomo conhecimento.

No presente caso, foi protocolizado em 25.08.2003 declaração de compensação com crédito decorrente de retenções indevidas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou

Processo nº 13016.000448/2003-57
Acórdão n.º **9303-002.195**

CSRF-T3
Fl. 464

relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), retenções essas ocorridas de 02.07.1993 a 07.12.1994.

Já pacificada a impossibilidade jurídica quanto à retroatividade da LC nº 118/2005, somente admitida sua aplicação a partir de 09.06.2005, data de sua entrada em vigor, segundo entendimento do E. S.T.J.

Nessa esteira, como se trata de tributo sujeito a homologação do lançamento, e sendo a protocolização do pedido de compensação efetivada antes da edição da LC nº 118/2005, dou parcial provimento a este Recurso para admitir a compensação pleiteada, afora os períodos base de 02.07.1993 e 02.08.1993, por perfazerem mais de dez anos.

Com base nesses fundamentos, o relator original deu provimento parcial ao recurso especial da Fazenda Nacional, sendo acompanhado por unanimidade pelo Colegiado.

E é esse o acórdão que me coube redigir.

Júlio César Alves Ramos